Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL	
Senado aprova PEC do Calote, após governo fazer novas concessões	3
correio Braziliense - df - política seguridade social Lira quer fatiamento da PEC dos Precatórios	5
	Č
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Multinacionais vencem julgamentos sobre preço de transferência no Carf	.7
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Pandemia agrava preocupação com mercado ilegal de bebidas alcoólicas	3.
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL Veja o valor da aposentadoria do INSS com o fator previdenciário (Previdência)	.e
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ao lado de Doria e de investidores em NY, Meirelles defende o teto de gastos	1
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Regime fiscal está indefinido e nesse governo não será corrigido, diz Bacha1	2
FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Cepa ômicron expõe falta de solidariedade com a África1	3
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Paraísos fiscais	5
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
AL está presa num ciclo de instabilidade política - HUMBERTO SACCOMANDI	6
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
PIB recua, e país entra em recessão técnica1	7
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Senado libera Auxílio Brasil	20
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
PIB no chão (Editorial)2	2
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
PIB cai 0,1% no 3° trimestre e reforça quadro de estagnação2	:3
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Brasil está condenado a crescer: inflação vai dosar ritmo, afirma Guedes 2	<u>'</u> 6

Sexta-Feira, 3 de Dezembro de 2021	
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Economia deve ficar entre estagnação e recessão em 202229)
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Ômicron se soma a juros e eleição como obstáculo à retomada	2
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Crescimento de 2021 deve configurar mais um voo de galinha	3
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Empobrecimento gera nova recessão no país	ļ
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Governo medíocre, PIB idem (Editorial)	;
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Biden aposta em rastreio da Ômicron para não fechar economia	7
O GLOBO - RJ - POLÍTICA POLÍTICA	
Anós filiar o presidente. PL mira pasta de Infraestrutura.	1

Senado aprova PEC do Calote, após governo fazer novas concessões



Thiago Resende, Renato Machado e Danielle Brant

Após sucessivos recuos do governo, o plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira (2) a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, também conhecida como do Calote. A proposta é o mecanismo do governo para destravar o pagamento do programa social Auxílio Brasil de R\$ 400 a partir de dezembro.

O texto, que dá calote em dívidas judiciais reconhecidas pela Justiça, foi aprovado no primeiro turno por 64 votos a favor e 13 contrários, além de duas abstenções.

Os senadores fizeram um acordo para que a votação em segundo turno se desse na sequência, sendo a proposta novamente aprovada, por 61 votos a favor e 10 contrários, além de uma abstenção. Era necessário o apoio de pelo menos 49 senadores, do total de 81 parlamentares da Casa.

Como houve alteração no texto, a proposta ainda vai precisar tramitar novamente na Câmara.

Poucas horas depois de o Senado aprovar a PEC (proposta de emenda à Constituição), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o texto deve ser fatiado e que as alterações feitas pela Casa vizinha devem ser apreciadas pelos deputados apenas em 2022.

"Nós vamos ver o texto comum das duas Casas. Esse texto comum deve ser promulgado pelas duas mesas [diretoras], e o que sobrar do texto comum terá que ir para a CCJ [Comissão de Constituição e Justiça], terá

que ter admissibilidade, terá que ir para a comissão especial para voltar ao plenário em duas votações", disse.

"Esse é o trâmite do regimento da Câmara dos Deputados, que é um pouco diferente do regimento do Senado." Com isso, a avaliação, pelos deputados, das mudanças feitas pelo Senado deve ocorrer só em 2022, disse Lira. "O que não for comum terá que ir para a CCJ, [e para a comissão especial por] no mínimo dez sessões, no mínimo, e depois vir a plenário. Então, eu não creio que este ano o que não for comum possa ser votado." Apesar das concessões feitas pelo governo na negociação com o Senado, os pontos essenciais da proposta foram mantidos.

A PEC é hoje a principal pauta de interesse do presidente Jair Bolsonaro no Congresso. O objetivo é autorizar o governo a gastar mais e viabilizar a promessa de elevar o valor do Auxílio Brasil numa tentativa de dar impulso a Bolsonaro na campanha à reeleição em 2022.

"Eu tenho que registrar que mais da metade das famílias assistidas pelo Auxílio Brasil está no Nordeste, que é a região mais pobre do Brasil", afirmou o relator da PEC, Fernando Bezerra (MDB-PE), que é líder do governo no Senado.

Para ampliar em cerca de R\$ 106 bilhões as despesas do próximo ano, a PEC tem dois pilares.

Uma medida permite um drible no teto de gastos, fazendo um novo cálculo retroativo desse limite. A outra medida cria um valor máximo para o pagamento dos precatórios -as dívidas que não entrarem nessa lista serão adiadas e quitadas em anos posteriores.

Nesta quinta, o governo recuou e atendeu os últimos quatro pontos que foram demandados. Aceitou que o limite para o pagamento de precatórios tenha validade até 2026, não até 2036, como previa a versão anterior.

Ao reduzir em dez anos o prazo de vigência, a nova versão da PEC não altera os efeitos da proposta no Orçamento de 2022.

Senadores temem que a criação de um teto de pagamento de precatórios vire uma "bola de neve" e a União passe a acumular uma dívida muito grande no

futuro. Por isso, pediram para diminuir o prazo dessa medida.

Apesar do recuo, a OAB mantém a posição de entrar com ação no STF contra a PEC.

Para o presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, Eduardo Gouvêa, a versão aprovada pelo Senado mantém o que ele chama de "confisco de patrimônio privado".

"O governo e o Congresso, em vez de criarem uma fonte de receita permanente para esse gasto [Auxílio Brasil], utilizou os recursos de terceiros, privados, de pessoas físicas e empresas, e se apropriou desse recurso para pagar benefício." Para conseguir apoio à PEC no Senado, o governo apresentou seis versões do texto. Bezerra afirmou que as alterações na proposta receberam o aval do Executivo.

Em outra mudança anunciada nesta quinta, o governo também aceitou deixar claro que o aumento de gastos em 2022, a partir da aprovação da PEC, será vinculado a despesas obrigatórias, à área social e à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos.

O texto também prevê um mecanismo de vinculação dos gastos que deixarão de ser pagos em precatórios para bancar despesas com o programa social e na área de **seguridade social**, como aposentadorias, entre 2023 e 2026.

Alguns senadores reagiram à aprovação da PEC, apontando que ela não garante a assistência para todos os brasileiros necessitados. Além disso, alguns argumentaram que ela representa um duro golpe para a estrutura de responsabilidade fiscal do país.

"As estatísticas oficiais informam que mais de 19 milhões de brasileiros passam fome, então enfatizamos o apoio do Podemos para a medida provisória do Auxílio Brasil, que deve ser votada ainda hoje. Infelizmente não podemos dizer as mesmas coisas da PEC", afirma o líder do Podemos, Álvaro Dias (Podemos-PR).

O senador então acrescenta que seria possível "sanar as contas públicas e permitir o desenvolvimento sem o impacto negativo que teremos com a proposta, que oferece abalos nos fundamentos do Plano Real, que viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, que altera a política do teto".

As votações nos dois turnos no Senado também foram marcadas por posições partidárias conflitantes, em relação à Câmara. O PDT votou integralmente contra a PEC nesta quinta-feira. Durante a tramitação na Câmara, no entanto, a posição do partido foi objeto de

polêmica. A maioria da bancada votou no primeiro turno a favor da proposta, resultando em críticas. O pré-candidato ao Planalto Ciro Gomes chegou a anunciar a suspensão de sua pré-candidatura pelo partido.

No segundo turno, no entanto, a maioria dos deputados mudou o voto e optou por rejeitar o texto.

O PT, por sua vez, se posicionara de maneira contrária na Câmara. Em contrapartida, no Senado, a bancada praticamente inteira votou a favor da proposta. Apenas Jean Paul Prates (PT-RN) se absteve.

A PEC dos Precatórios foi aprovada na terça-feira (29) na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. No entanto, o texto ainda enfrentava resistências das principais bancadas. Por isso, o governo teve que ceder ainda mais antes da votação em plenário.

Nesta quarta, Bezerra já havia sinalizado com novas versões da proposta para atender a sugestões de senadores do PSDB, Cidadania e MDB. Pedidos do PSD também já haviam sido acatados.

Esses partidos atuam de forma independente ao Planalto e podem mudar o rumo de projetos de interesse do governo em votações apertadas.

O governo concordou em retirar um trecho da PEC que previa regras para a securitização da dívida ativa.

Nesta semana, numa derrota da equipe econômica, o relator aceitou deixar despesas com dividas ligadas ao Fundef (fundo da área de educação) fora do teto dos gastos. O time do ministro Paulo Guedes (Economia) resistia a essa medida.

Para 2022, há mais de R\$ 17 bilhões em de dívidas de repasses do Fundef para estados e municípios. A PEC parcela essa conta em três anos.

Site:

Lira quer fatiamento da PEC dos Precatórios



Jorge Vasconcello, Cristiane Noberto, Raphael Felice

Após a aprovação da PEC dos Precatórios no Senado, ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), detalhou como será a nova tramitação da matéria entre os deputados. Ele afirmou que os pontos do texto que forem consenso nas duas Casas poderão ser desmembrados e promulgados ainda neste mês pelo Congresso. As demais partes, explicou, deverão tramitar normalmente pelas comissões antes de irem ao plenário da Câmara.

A PEC dos Precatórios é a aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. Segundo estimativas do Ministério da Economia, a proposta poderá abrir um espaço fiscal de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022. Para isso, o texto muda o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados no ano que vem na forma de precatórios ? dívidas da União reconhecidas pela Justiça.

A PEC foi aprovada, ontem, em dois turnos no Senado, com placares folgados. No primeiro, foram 64 votos a 13; no segundo, 60 a 10. Esse resultado foi alcançado depois que o relator da proposta, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo na Casa, promoveu alterações no parecer, a pedido de vários partidos.

Em uma das mudanças, o relator deu caráter permanente ao Auxílio Brasil, que tinha vigência apenas até dezembro de 2022, conforme previa o texto originalmente aprovado pela Câmara. Bezerra também concordou em vincular todo o espaço fiscal aberto pela PEC ao pagamento do novo programa e das despesas da Seguridade Social? Saúde, Previdência Social e assistência social. Entre outras mudanças, o senador antecipou, de 2036 para 2026, a revisão do subteto para pagamento de precatórios. Em

razão dessas alterações, a matéria retorna para nova análise da Câmara.

Comissões

Lira comentou sobre os próximos passos da tramitação da PEC. "Qualquer alteração muito substancial, nós não temos a condição legislativa de trazer para o plenário. Então, vamos ver o texto comum das duas Casas. Esse texto comum deve ser promulgado pelas duas Mesas, e o que sobrar terá de ir para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), terá de ter admissibilidade, ir para a comissão especial para voltar ao plenário por duas votações", listou. Ele acrescentou não crer "que, este ano, o que não for comum possa ser votado".

O deputado assegurou "o máximo esforço para que o texto comum das duas Casas seja promulgado o mais rapidamente possível, para permitir que mais de 20 milhões de famílias brasileiras recebam o auxílio, para permitir que o orçamento do governo federal não seja totalmente utilizado pelos precatórios no ano de 2022".

O presidente da Câmara ressaltou ser comum o desmembramento de propostas de emenda à Constituição. "É muito normal, já aconteceu diversas vezes, que textos comuns entre as duas Casas possam ser, logicamente, promulgados, e o que não for possível nem entendido como emenda de redação tem de ter uma avaliação. O fato de aprovar ou não é uma questão superveniente", declarou.

Ele assegurou, ainda, que não há qualquer tipo de supremacia entre as duas Casas do Congresso. "Nós deixamos o Senado legislar, como é regimental, e vamos agora fazer o máximo de esforço possível para conhecer quais são as alterações ? porque, definitivamente, nós não conhecemos ? para analisarmos juntos", frisou Lira, que ontem tinha agendada uma reunião sobre o assunto com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Preocupação

No Senado, é grande a preocupação com a possibilidade de os deputados retomarem o texto original da PEC. Para o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), a expectativa é de que a Câmara aproveite o trabalho feito pelo Senado em parceria com o governo. "Temos convicção de que o texto melhorou e, mesmo discordando no mérito, na forma escolhida pelo governo para viabilizar o Auxílio Brasil,

foi possível construir um bom texto, com votos suficientes a favor. Não dá para prever mais gastos fora do teto", sustentou Vieira.

Segundo o parlamentar, vincular qualquer sobra de orçamento, até 2026, para as famílias carentes garante que não tenha espaço para "manobras eleitoreiras". "Não tem nenhum tipo de privilégio, benefício setorial, emendas parlamentares. O que precisamos é nos concentrar no momento que a gente vive, na fome das pessoas. O texto preenche bem isso e gera conforto para os deputados votarem também", enfatizou.

Na avaliação de Juliana Damasceno, economista da Tendências e pesquisadora associada do FGV IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), houve uma mudança de percepção sobre a PEC. "No início, a proposta foi recebida com bastante desconfiança por parte do mercado, porque oficializou o rompimento do teto (de gastos). Aprovação de medidas especialmente em caráter eleitoral, falta de explicações do governo de como ia manter o Auxílio, mesmo sem recursos, ou procurar algum tipo de brecha para viabilizar, tudo gerou insegurança", destacou. "Com a PEC dos Precatórios, o rombo era conhecido e, aí, passou a ser recebida com relativo otimismo, porque com ela já tem expectativas mais ancoradas, mesmo que não tivesse plano B."

Multinacionais vencem julgamentos sobre preço de transferência no Carf

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187080

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/18

Pandemia agrava preocupação com mercado ilegal de bebidas alcoólicas

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187080?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187080?page=1§ion=1

Veja o valor da aposentadoria do INSS com o fator previdenciário (Previdência)

Luciana Lazarini

Os trabalhadores que vão pedir a aposentadoria do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) pela regra de transição do pedágio de 50%, criada na reforma da Previdência, terão seus benefícios calculados com os novos descontos do fator previdenciário.

O Ministério do Trabalho e Previdência divulgou a tabela do fator atualizada, que já está em vigor e também valerá em 2022, e informou que os novos índices começaram a ser aplicados nas aposentadorias desde 25 de novembro, dia em que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) publicou a tábua de mortalidade, com informações projetadas a partir de dados do Censo de 2010, que não incluem o efeito da pandemia de Covid-19.

A regra de transição do pedágio atingiu em cheio os trabalhadores na faixa dos 50 anos que estavam próximos de se aposentar por tempo de contribuição, benefício que, antes da reforma, exigia 30 anos de pagamentos ao **INSS** (mulher) ou 35 anos (homem).

Pelo pedágio de 50% ainda é possível se aposentar sem idade mínima, mas o trabalhador precisa contribuir por mais metade do tempo que faltava para se aposentar. Pode se aposentar por essa transição o trabalhador que tinha, em 13 de novembro de 2019, entre 28 e 30 anos incompletos (mulheres) ou entre 33 e 35 anos incompletos de contribuição (homens).

Segundo o consultor atuarial Newton Conde, da Conde Consultoria Atuarial, apesar de a reforma da Previdência já ter completado dois anos, ainda há segurados que vão se aposentar pelo pedágio nos próximos 12 meses e que terão os novos descontos do fator previdenciário.

Por exemplo, quem estava a dois de se aposentar em novembro de 2019 tem que cumprir um pedágio de um ano extra, totalizando três anos até conseguir se aposentar. Ou seja, poderá fazer o pedido do benefício ao **INSS** em novembro de 2022. Benefício para quem está na faixa dos 50 anos de idade

Homens com 55 anos

Homens com 56 anos

Homens com 57 anos

Mulheres com 50 anos

Mulheres com 51 anos

Mulheres com 52 anos

Entenda o fator

Criado no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o fator previdenciário é um índice que leva em conta a idade, o tempo de de contribuição e a expectativa de sobrevida. Quanto maior a idade, menor é o desconto aplicado na aposentadoria por tempo de contribuição.

A diferença entre o desconto aplicado na tabela atual do fator e na anterior não é grande, mas a redução no benefício será permanente, afirma Conde. Reforma da Previdência

A reforma da Previdência criou um cálculo geral para as aposentadorias: de 60% da média salarial mais 2% a cada ano de contribuição que passar de 15 anos, para mulheres, e de 20 anos, para homens. Mas nas duas transições dos pedágios o cálculo é diferente: no pedágio de 50% usa-se o fator previdenciário e no pedágio de 100% é pago o benefício integral.

Outra situação em que o fator previdenciário ainda é usado é nos casos em que o trabalhador consegue comprovar que tinha direito de se aposentar antes do início da reforma, ou seja, antes de 13 de novembro de 2019. Ele terá que comprovar ao **INSS** que tem o direito adquirido , mas, segundo a Previdência, será usada a tabela do fator válida no dia em que ele completou os requisitos. Uma das vantagens do direito adquirido é ter o benefício calculado com a média salarial antiga, que descarta salários com valores menores.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com

FOLHA ONLINE / SP. Sex, 3 de Dezembro de 2021 SEGURIDADE SOCIAL

notícias e análises de economia

Site:

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/veja-o-valor-da-aposentadoria-do-inss-com-o-fator-previdenciario.shtml

Ao lado de Doria e de investidores em NY, Meirelles defende o teto de gastos



PEDRO VENCESLAU

Escolhido pelo governador João Doria (PSDB) para coordenar seu plano econômico na pré-campanha eleitoral, o secretário da Fazenda de São Paulo e exministro, Henrique Meirelles (PSD), se apresentou ao lado do tucano Nova York como o fiador da promessa do presidenciável de respeitar o teto de gastos caso vença a disputa presidencial em 2022.

"A situação em que nos encontramos hoje é parecida com a que encontrei em 2015 e 2016 no Ministério da Fazenda.

Agora temos **inflação** elevada, incerteza nos mercados e o risco país crescendo", disse Meirelles em conversa com jornalistas brasileiros no hotel em que ele está hospedado em Nova York. "No momento em que o governador Doria, se eleito presidente, assumir, vai anunciar o respeito absoluto ao teto de gastos e a abertura de programas sociais dentro do teto de gastos." Em 2016, Meirelles foi o mentor da Emenda Constitucional do teto de gastos quando assumiu o comando do Ministério da Fazenda no governo Michel **Temer** (MDB).

A regra limita o crescimento das despesas do governo à taxa de inflação, e está sendo modificada pelo Congresso na PEC dos Precatórios para abrir espaço no Orçamento e ampliar os gastos em 2022. A manobra para modificar o teto provocou uma reação negativa nos mercados financeiros e levou a uma perda da credibilidade das contas públicas.

O governador João Doria reforçou o discurso. "Nos encontros que tivemos com investidores, fomos ao Bank of America, Morgan Stanley e Goldman Sachs, essa questão foi colocada e certamente será colocada novamente. Os investidores querem estabilidade econômica, fiscal e política", disse Doria ontem, após

inaugurar o escritório americano da InvestSP.

"Esses investimentos são de longos períodos, por isso houve várias demandas (dos investidores) ao ministro Henrique Meirelles." Com esse gesto, Doria tenta mais uma vez se contrapor ao presidente Jair Bolsonaro, cujo governo articulou a PEC dos Precatórios no Congresso. A medida abre espaço para cerca de R\$ 106 bilhões no Orçamento federal e permite que o governo aumente o valor dos benefícios do Auxílio Brasil, programa social que substituiu o Bolsa Família. A PEC, aprovada ontem pelo plenário do Senado, altera o cálculo da inflação no teto de gastos e limita o pagamento de dívidas judiciais da União, os precatórios.

PLANO ECONÔMICO. O plano do governador paulista é que o seu grupo na área econômica tenha seis integrantes, sendo que os demais nomes ainda serão anunciados. "Não chegamos a discutir questões de ordem política, mas técnicas e econômicas", afirmou Doria.

Nesse ponto, Meirelles disse que o primeiro ponto do plano será "restaurar" a credibilidade e a responsabilidade fiscal.

"Isso é fundamental para o controle da inflação. Também é preciso uma reforma administrativa abrangente, que diminua o custo da máquina pública.

Outro ponto é fazer uma <u>reforma tributária</u> federal e apoiar a <u>reforma tributária</u> dos Estados, que já está com um projeto na Câmara com um acordo unânime entre os Estados." PETROBRAS. O secretário também defendeu a privatização da Petrobras. "É um projeto prioritário, mas a criação de um monopólio privado é tão negativa como um monopólio público.

A solução é fazer como fizeram em outros países, inclusive aqui, nos Estados Unidos: separar a Petrobras em três ou quatro unidades e colocar as empresas privatizadas para competir entre elas. Você privatiza, mas gera competição", afirmou.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Regime fiscal está indefinido e nesse governo não será corrigido, diz Bacha

Estevão Taiar e Cristiano Romero De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187080?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1 87080?page=1§ion=1

Cepa ômicron expõe falta de solidariedade com a África

Mayara Paixão

Não foi novidade. Mas nem por isso deixou de causar indignação. A resposta mundial à descoberta da variante ômicron do coronavírus, capitaneada por cientistas sul-africanos, foi recebida por países da África como um balde de água fria: prestes a retomar minimamente suas economias após quase dois anos pandêmicos, muitos deles viram as fronteiras do mundo se fecharem.

Já nas primeiras horas após o anúncio do sequenciamento da ômicron, cientistas pediam que a resposta fosse condizente com o conhecimento científico. "Espero que seja hora de fazer uma abordagem global para uma pandemia global e acabar com o nacionalismo; não é culpa das nações se os vírus evoluem", publicou no Twitter o cientista brasileiro Túlio de Oliveira, um dos responsáveis pela identificação da variante.

O que se observou dali em diante, com diversas nações fechando as fronteiras para países da região sul da África, porém, chancelou a discriminação global em relação ao continente. E o que evidenciou o preconceito foi a proibição da entrada de viajantes de nações da África Austral que nem sequer haviam identificado casos da ômicron, afirma Carlos Lopes, professor da Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul.

"Tem um pouco a ver com a ide ia de que a África é uma coisa só, ou de que uma zona do continente é homogênea, uma associação fácil que se faz", explica Lopes. "Me lembrou do ebola, que estava afetando majoritariamente três países [Guiné, Libéria e Serra Leoa], mas falava-se como se fosse em toda a África", diz

Um exemplo do argumento é o caso de Moçambique. O país lusófono confirmou os dois primeiros casos da variante ômicron apenas na terça-feira (30), mas, dias antes, já havia restrições contra seus viajantes nas fronteiras de diversos países, entre eles EUA, Canadá, Austrália, França, Portugal, Itália e Alemanha.

O cenário é "claramente discriminatório", disse o diretor-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique, Eduardo Samo Gudo. "Costumo dizer que a pior pandemia não é a da doença, mas a do

egoísmo, do nacionalismo e da falta de colaboração a nível global", afirma.

Para Gudo, a situação epidemiológica moçambicana é favorável -o país está no primeiro nível em uma escala nacional de cinco categorias de alerta, em que 1 significa menor taxa de transmissão do coronavírus, e 5, maior.

Com o fim da época de alta nos contágios ligados a doenças respiratórias agudas, a taxa semanal de resultados positivos em amostras gira em torno de 0,5% -relação que, há poucos meses, foi de 50%.

Ainda que haja influência de algum nível de sub notificação dos casos de Covid-19, Gudo afirma que a taxa se man-teria proporcional mesmo que o ritmo de testesaumen-tasse. Para ele, a disponibilidade de exames, outrora um problema, hoje é suficiente.

O mesmo não se pode dizer da disponibilidade das vacinas: o país tem pouco mais de 11% da população com esquema vacinai completo, segundo o Our World in Data, ligado à Universidade de Oxford.

"Faltam vacinas, mas a aceitação da população é grande. Se Moçambique tivesse acesso completo aos imunizantes, estou certo de que nesse momento teríamos uma cobertura altíssima de vacinação." O cientista critica ainda a efetividade do fechamento de fronteiras. "Não é baseado na ciência. Cada país é soberano para tomar decisões, mas, como cientista, olho como um retrocesso para a época medieval", afirma Gudo.

Augusto Paulo Silva, pesquisador para países africanos do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz, faz apontamento semelhante. Ele explica que a contenção da variante ômicron, já identificada em mais de 20 países, deveria ser feita por meio de vigilância epidemiológica, isolamento dos infectados e vacinação em massa.

"A Fiocruz juntou-se às vozes que se indignaram contra medidas que são uma punição à África do Sul e a países vizinhos por terem compartilhado dados científicos. É o apartheid reerguido devido à pandemia", avalia Silva.

Professora de antropologia da Universidade de

Northwest, na África do Sul, Jess Auerbach afirma que a resposta global à ômicron esteve permeada de elementos de racismo. "O preconceito que está na imaginação e que chega a níveis estatais é uma questão que precisa ser pensada", diz.

Ela relata que a proibição levou ao desalento de sulafricanos, especialmente os da Cidade do Cabo, capital cuja economia é essencialmente baseada no turismo, que estava prestes a ser retomado.

Em artigo na revista African Arguments, a antropóloga afirma que o cenário observado pode desencorajar a transparência global. "Não nos surpreendamos se da próxima vez um país não disser nada com temor de ser culpado por resultados lógicos de uma falha global em proteger a população do planeta", diz.

Racismo também é a palavra usada por Fatima Hassan, fundadora do Health Justice Initiative, para descrever os impactos impostos pela comunidade global à África. O projeto que lidera foi criado na África do Sul em julho de 2020 para, entre outros pontos, advogar em favor da quebra de patentes das vacinas.

Ela diz que a chegada da ômicron poderia ter sido janela de oportunidade para os países organizarem outro tipo de resposta para a África -diferentemente, por exemplo, da que foi dada quando concentraram doses de vacina contra a Covid-19 e não compartilharam acesso a tecnologia.

"Mas a maneira como o mundo respondeu a isso mostrou que realmente não há solidariedade global", afirma.

Site:

Paraísos fiscais

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187080?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187080?page=1§ion=1

AL está presa num ciclo de instabilidade política - HUMBERTO SACCOMANDI

HUMBERTO SACCOMANDI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187080?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1 87080?page=1§ion=1

PIB recua, e país entra em recessão técnica

rosana hessel

A economia brasileira parou. O Produto Interno Bruto (PIB) caiu 0,1% no terceiro trimestre, conforme dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após queda de 0,4% nos três meses anteriores. Com isso, o país entrou num cenário de recessão técnica ? quando há dois trimestres consecutivos de PIB negativo. O dado do segundo trimestre era de queda de 0,1%, mas foi revisado pelo IBGE.

O resultado do **PIB** brasileiro foi um dos piores do mundo e as projeções mais recentes indicam que o país não deverá crescer, neste ano, acima de 5% como prevê o ministro da Economia, Paulo Guedes. Uma nova onda de revisão das estimativas dos analistas está em curso, e algumas estão abaixo de 4,5%, o que indica uma variação próxima de zero, na melhor das hipóteses no quarto trimestre. "Diversos fatores contribuem para essa revisão negativa. Destacam-se os desarranjos macroeconômicos interno e externo e a incerteza sobre a nova variante ômicron do novo coronavírus", avaliou Arnaldo Lima, diretor de Estratégias Públicas do Grupo Mongeral Aegon.

O Itaú Unibanco prevê alta de 0,1% no <u>PIB</u> do último trimestre, mas o impacto da nova variante não está nesse cenário base, segundo Luka Barbosa, economista-sênior da instituição financeira. Segundo ele, não se pode descartar uma queda do <u>PIB</u> no quarto trimestre, apesar dos avanços na vacinação. "É um risco negativo em relação ao nosso cenário. Esse vírus é bastante difícil de prever", afirmou. Para 2022, o banco projeta queda de 0,5% no <u>PIB</u>, principalmente "por conta do impacto dos juros altos sobre os setores sensíveis ao crédito, como o comércio e a indústria".

Ao comentar os números do IBGE, o ministro Paulo Guedes minimizou o quadro de recessão técnica e voltou a afirmar que a economia está decolando. "A arrecadação está muito forte, o que mostra que o Brasil está decolando de novo", disse, ontem, em evento do setor aeroportuário. Ele ainda criticou as projeções pessimistas e afirmou que é "conversa fiada" dizer que há descontrole fiscal.

Conforme os dados do IBGE não é possível ver decolagem do **PIB** e, sim, um processo de retomada desigual. A alta de 1,1% em serviços, que tem um peso de 70% no **PIB**, por exemplo, não foi suficiente para compensar o tombo de 8% da produção agrícola e a falta de crescimento da indústria no trimestre. Além

disso, desde o segundo trimestre, o <u>PIB</u> se mantém abaixo do patamar dos últimos três meses de 2019, e a atividade econômica ainda está em um nível 3,9% inferior ao pico histórico atingido no início de 2014.

"Enquanto o segmento de serviços de tecnologia da informação já está acima do patamar pré-pandemia, os serviços prestados às famílias, que dependem de atendimento presencial, ainda se encontram 16% abaixo do nível antes da crise", comparou a economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria. Ela afirmou que o PIB teve um desempenho "medíocre", e não vê cenário econômico favorável para o presidente Jair Bolsonaro (PL) no ano eleitoral, mesmo com a aprovação do Auxílio Brasil de R\$ 400. "O benefício não deve ajudar no aumento da popularidade de Bolsonaro, porque todos os elementos econômicos que pesam na avaliação do governo terão resultado negativo", resumiu.

Risco de estagflação

Analistas reconhecem que o <u>PIB</u> está andando de lado, mas não entram em consenso sobre um possível cenário de estagflação ? o pior dos mundos, porque o <u>PIB</u> não cresce, o desemprego é elevado e a <u>inflação</u>, também. Fernando Honorato, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, disse que o quadro é preocupante, mas descartou estagflação, devido às expectativas de recuo da <u>inflação</u> em 2022. "O resultado do <u>PIB</u> não tem o que ser comemorado. A economia entrou em recessão técnica, mas ainda há crescimento no consumo das famílias e no setor de serviços, que teve um desempenho morno", afirmou.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, por sua vez, avaliou que o cenário de já é de estagflação e poderá se estender até 2022. "Com a revisão da queda do **PIB** do segundo trimestre de 0,1% para 0,4%, a percepção é de uma leve recessão ou, mais precisamente, de uma economia estagnada. Mas quando consideramos que a **inflação** deverá chegar a 10% no fim do ano, podemos dizer que o país passa por um processo claro de estagflação", frisou. Ele reduziu de 0,2% para 0,1% a estimativa para o **PIB** do quarto trimestre e manteve a previsão de crescimento zero no ano que vem.

Na avaliação de Rodrigo Nishida, economista da LCA Consultores, o dado mais relevante é a falta de crescimento. "Há uma perda de fôlego do <u>PIB</u>, que está andando de lado, apesar do crescimento em

serviços e do avanço da vacinação", afirmou. A economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), lembrou que, apesar de a equipe econômica tentar usar a taxa de investimento em relação ao PIB como como um fator positivo, a evolução desse indicador é negativa há dois trimestres e a tendência é de que continue em queda por conta da alta dos juros.

Apesar de prever crescimento de 0,7% em 2022, Silvia Matos estima queda de 0,3% no <u>PIB</u> cíclico? que representa cerca de 70% das atividades relacionadas ao ciclo de política monetária. "Excluindo esses segmentos, apenas 30% das atividades devem crescer no ano que vem. Logo, teremos um falso positivo, se ele ocorrer", explicou.

Sem fôlego

Recuo do PIB no terceiro trimestre confirma cenário de recessão técnica e mostra que economia não decolou

Evolução do PIB

Trimestre contra trimestre anterior



Principais resultados do PIB de 2021

Pela ótica da produção

	1tri	2tri	3tri
Agropecuária	3,8	-2,9	-8,0
Indústria	0,9	-0,5	0,0
Serviços	0,9	0,6	1,1
Valor adicionado	1,3	-0,4	-0,2

Pela ótica da produção

	1tri	2tri	3tri
Consumo das famílias	0,5	-0,2	0,9
Consumo do governo	-0,5	0,9	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo	7,9	-3,0	-0,1
Exportações	3,2	13,7	-9,8
Importações	11,3	-1,3	-8,3

R\$ 2,2 trilhões valor do PIB do terceiro trimestre

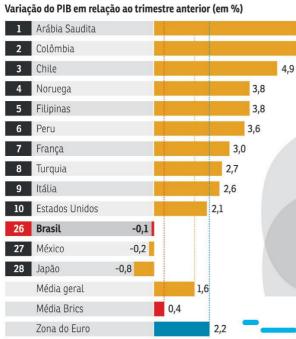
Na lanterna

taxa de investimento em relação ao PIB

18,6% taxa de poupança em relação ao PIB

com 33 economias elaborado pela Austin Rating

Desempenho do PIB do terceiro trimestre é um dos piores em ranking global





Fontes: IBGE e Austin Rating

Senado libera Auxílio Brasil



Mudanças incluídas pelos senadores na proposta vinculam R\$ 106 bi a iniciativas sociais

Em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios foi aprovada com folga pelo Senado, o que viabiliza, como queria o governo, o Auxílio Brasil, programa substituto do Bolsa-Família, com parcelas no valor de R\$ 400 ao longo do ano que vem. Em primeiro turno, o texto tratando do adiamento pela União do pagamento de dívidas reconhecidas na Justiça em ações que não cabem mais recurso arrematou 64 votos favoráveis, ante13 contrários. No segundo turno, foram 60 aprovações e 10 reprovações. Agora, a matéria volta para a Câmara Federal.

A proposta abre margem de R\$ 106 bilhões para mais despesas no Orçamento do governo em 2022. É com essa modificação no texto que passou pela Câmara que o Planalto irá subsidiar os custos do programa social. Além disso, qualquer sobra de orçamento até 2026 será destinada ao repasse para as famílias carentes. Na PEC do Senado também há espaço para um suborçamento, no qual os estados e municípios poderão pagar os precatórios devidos. Outra mudança importante é que, antes, a pedalada dessas dívidas da União ocorreria até 2036, mas, no cálculo da Casa, é possível que os pagamentos se encerrem até 2026.

A Medida Provisória do Auxílio Brasil foi aprovada em seguida à aprovação da PEC dos Precatórios. A expectativa é de que o benefício seja concedida a público estimado entre 15 milhões e 17 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade. Na mesma sessão, o programa Alimenta Brasil, que visa estimular a agricultura familiar, também foi regulamentado.

Para viabilizar a votação do texto relativo aos precatórios e garantir o mínimo de 49 votos necessários em cada turno no plenário do Senado, o líder do governo na Casa e relator da proposta,

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), fez de última hora mudanças significativas na última versão do texto que havia sido aprovado na última terça-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O governo tinha urgência na aprovação da proposta para retirar do papel, ainda este ano, o Auxílio Brasil. Ficou definido que o teto de R\$ 400 das parcelas do benefício terá caráter permanente, e não temporário, apenas em 2022, como a equipe econômica propôs inicialmente.

Na prática, a PEC adia o pagamento de precatórios, abrindo verba para o programa do governo. Em 2022, a dívida prevista é de R\$ 89,1 bilhões. Com a PEC, o Planalto passa a ter folga financeira para financiar o auxílio. Pela proposta, o valor máximo a ser pago em precatórios no ano que vem é de aproximadamente R\$ 39,9 bilhões. Para aumentar o fôlego fiscal, a proposta também altera o cálculo do teto de gastos, limite do aumento das despesas federais ao Orçamento do ano anterior, corrigido pela **inflação**.

ALTERAÇÕES Entre as principais modificações feitas pelo relator no texto está a redução do prazo de vigência do limite no Orçamento destinado ao pagamento dos precatórios. Com base na proposta aprovada, o teto de gastos, que restringe o crescimento das despesas à **inflação**, terá que ser rediscutido novamente em 2026.

"Em vez de vigorar por todo o tempo do Novo Regime Fiscal, ou seja, até 2036, o sublimite para precatórios irá até 2026, dando tempo suficiente para o Poder Executivo melhor acompanhar o processo de apuração e formação dos precatórios e seus riscos fiscais, mas sem criar um passivo de ainda mais difícil execução orçamentária", explicou o relator sobre a sexta versão do texto.

Outra alteração feita por Bezerra exclui da PEC medidas relacionadas à securitização de dívidas tributárias. "A medida, apesar de meritória, não encontrou consenso no Senado Federal, não havendo prejuízo deixar essa discussão para outro momento", avaliou. Ainda segundo a proposta, o espaço fiscal aberto com a restrição do pagamento dos precatórios e a mudança no cálculo do teto de gastos do governo um total de R\$ 106 bilhões - será inteiramente destinado para fins sociais, como programas de combate à pobreza e extrema pobreza, saúde, assistência social e previdência.

Pressionado por diversos parlamentares, o governo já havia retirado do teto de gastos os precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Os recursos devidos a estados e municípios serão pagos em três parcelas anuais. O pagamento será feito atendendo a uma fila de prioridades organizada por tipo de precatório.

Como sofreu alterações, a PEC dos Precatórios terá que voltar para a análise da Câmara dos Deputados. A proposta só pode ser promulgada pelo Congresso Nacional e passa a valer quando deputados e senadores chegarem a um consenso e aprovarem o mesmo texto.

Site:

https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/12/2021/p1

PIB no chão (Editorial)

A economia está estagnada, com risco considerável de quedas recorrentes de produção e renda -vale dizer, do Produto Interno Bruto- nos próximos trimestres.

O desempenho do ano de 2022 ainda é uma incógnita, mas as possibilidades estão limitadas por deficiências crônicas, pela alta dos juros, pela **inflação** e por incertezas agravadas em razão do eleitoral.

Ainda que o <u>PIB</u> viesse a se expandir em 0,5% a cada trimestre a partir do final deste 2021, o ano que vem terminaria com um crescimento de apenas 1,5%, similar à média de 2017 a 2019.

Ou seja, em uma hipótese agora otimista, a economia voltaria àquele mesmo padrão de desempenho menos do que medíocre.

Tal perspectiva tornou-se mais clara com a divulgação do resultado do **PIB** de julho a setembro, uma contração de 0,1%. Ao longo de 12 meses, o produto avançou 3,9%. Ao final de 2021, terá aumentado o bastante para compensar as perdas do ano de maior impacto econômico da epidemia, 2020. Mas a recuperação rápida teve fim no primeiro trimestre deste ano.

Os números ruins desde então se devem também a choques diversos, mais ou menos circunstanciais. A **inflação** corroeu o rendimento do trabalho e minou a confiança dos consumidores.

Parte da elevação aguda e persistente dos preços decorreu de fatores externos, no entanto agravados pela desvalorização do real, provocada pelo tumulto institucional e pela perspectiva de nova escalada da dívida pública.

A consequente alta de juros e as convulsões domésticas derrubaram também o ânimo das empresas de investir. A escassez mundial de insumos industriais teve seu peso no terceiro trimestre seguido de decréscimo da produção do setor.

A seca elevou os preços de energia e provocou uma grande retração na produção agrícola, motivo circunstancial forte do recuo do **PIB**.

O setor de serviços ainda mostrou recuperação razoável no período. Assim pode prosseguir, a depender das vicissitudes da epidemia. As perspectivas para a safra no momento são positivas.

É possível que estados e municípios apliquem seus caixas bem fornidos em obras. Pode haver surpresas positivas na crise hídrica elétrica e no choque mundial de energia, o que traria alívio para a **inflação**, ainda que tardio.

No entanto, mesmo que 2022 ainda possa vir a ser menos negativo do que ora se prevê, juros e **inflação** altos vão cobrar seu preço. Caso se confirme esse cenário de estagnação, também devem desacelerar de modo relevante as melhorias no nível de emprego.

Não há muito mais o que fazer a não ser evitar degradação maior e ainda mais conturbação da política econômica. Candidaturas presidenciais responsáveis podem ajudar a conter danos com planos coerentes e politicamente viáveis.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497 48

PIB cai 0,1% no 3° trimestre e reforça quadro de estagnação

Leonardo Vieceli e Eduardo Cucolo

A economia brasileira recuou 0,1% no terceiro trimestre de 2021 em relação aos três meses imediatamente anteriores, segundo dados do <u>PIB</u> divulgados nesta quinta (20) pelo IBGE. O número veio um pouco abaixo das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação nula (0%).

É a segunda baixa consecutiva do indicador, o que renova os sinais de estagnação da atividade. No segundo trimestre, a queda do <u>PIB</u> foi revisada de 0,1% para 0,4%.

O IBGE e economistas ouvidos pela Folha afirmam que duas quedas consecutivas não configuram necessariamente uma recessão, conceito que tecnicamente depende da análise de outros indicadores.

O desempenho fraco ocorre em um contexto de escalada da <u>inflação</u>, juros mais altos e fragilidades no mercado de trabalho.

O **PIB** está 0,1% abaixo do patamar registrado no fim de $\overline{20}19$, período pré-pandemia, e 3,4% inferior ao ponto mais alto da série histórica, o primeiro trimestre de 2014.

Mesmo com a alta de 1,1% no setor de serviços, que responde por cerca de 70% do <u>PIB</u> nacional, o resultado do terceiro trimestre foi puxado para baixo pela queda de 8% na agropecuária. É a maior redução desde o primeiro trimestre de 2012, quando houve tombo de 19,6%.

A forte retração nesse setor reflete o fim da safra de soja, que também impactou as exportações e os estoques. A colheita é mais concentrada nos dois primeiros trimestres do ano. Também houve efeito do clima adverso, que prejudicou o plantio e a produtividade em vários segmentos do agronegócio brasileiro em 202L O IBGE destacou que o avanço dos serviços foi puxado pelo ramo de outras atividades (+4,4%), que contempla uma série de negócios voltados ao atendimento das famílias. Fazem parte dessa lista serviços de alimentação, salões de beleza, academias de ginástica, cinemas e galerias de arte, entre outros.

Apesar da melhora, no embalo da imunização, o ramo de outras atividades de serviços ainda está abaixo do patamar pré-pandemia. Encontra-se em nível 3,8% inferior ao verificado no quarto trimestre de 2019.

A indústria, por sua vez, ficou estagnada (0%). Segundo o IBGE, as fábricas sentem o encarecimento de insumos na pandemia e os efeitos da crise energética, que eleva os custos de produção.

"É um cenário muito ruim, de estagnação. Perdemos fôlego de forma muito rápida na saída da pandemia", afirma a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

O economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale, tem opinião semelhante. "Com a vacinação e a reabertura da economia, setores como o de serviços poderiam estar crescendo mais. Mas há o impacto da **inflação** alta, que atinge comércio e serviços. Sem contar que a indústria segue afetada pela falta de insumos", diz.

"A agropecuária teve impacto no resultado do terceiro trimestre, mas não pode ser culpada sozinha. Há um conjunto de fatores que explicam a fraqueza da economia brasileira." Em relação ao terceiro trimestre de 2020, o <u>PIB</u> cresceu 4%. Em 12 meses, a alta foi de 3,9%. Já no acumulado deste ano, até setembro, o indicador avançou 5,7%.

Em um grupo de 30 países com dados disponíveis para o período, a queda de 0,1% na comparação trimestral está entre os quatro piores para o período, pouco acima de México, Indonésia e Japão. Considerando o período desde o início da pandemia, está entre os 12 que não voltaram ao patamar précrise.

O IBGE também mostrou que o consumo das famílias cresceu 0,9% no terceiro trimestre de 2021 em relação aos três meses anteriores, após queda de 0,2% no trimestre anterior. O consumo do governo cresceuo,8% no mesmo período.

"Houve uma certa migração do consumo das famílias de bens para serviços, e os serviços têm muito peso na economia e no consumo. Desde alimentação até

alojamento, transporte, saúde mercantil, toda a parte de recreação etc.", afirma a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Os investimentos produtivos na economia, medidos pelo indicador FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), caíram 0,1% no trimestre, segunda queda consecutiva, depois de uma recuperação em 20-20 -na comparação anual, cresceu quase 20%.

O pesquisador Felippe Serigati, do centro de estudos FGV Agro, chama a atenção para o impacto do clima no desempenho do setor. "Isso pegou trigo, milho, café e hortaliças, por exemplo." Projeções sinalizam que o PIB brasileiro deve fechar 2021 com crescimento entre 4,5% e 5%, associado em grande parte à base de comparação deprimida -em 2020, a pandemia causou forte queda do indicador, que foi revisado de -4,1% para -3,9%.

Na avaliação de analistas, diante dos recentes sinais de fraqueza da economia, o cenário ficou mais complicado para 2022, ano de eleições.

Apesar de a economia ter registrado dois trimestres seguidos de retração, ainda não é possível ter certeza de que o país está em recessão. Não há uma definição oficial sobre o que caracteriza uma recessão. Embora alguns economistas utilizem a métrica de que esse é o período marcado por dois trimestres seguidos de queda na atividade, a maior parte dos institutos considera uma análise mais ampla de dados.

A coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, afirmou que o instituto evita chamar variações de -0,5%a+0,5%do <u>PIB</u> de queda ou crescimento. "É uma variação pequena [a queda de 0,1% do 3o trimestre], que, para a gente, é uma estabilidade." Ela disse que a definição de dois trimestres de queda do <u>PIB</u> como recessão não faz muito sentido do ponto de vista estatístico nem é um conceito utilizado em outros países.

No Brasil, destaca-se a análise feita pelo Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), órgão ligado ao Ibre/FGV e formado por oito economistas de diversas instituições. Em junho do ano passado, o comitê definiu que o Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, encerrando um ciclo de fraco crescimento de três anos (2017-2019).

João Victor Issler, professor da FGV EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV) e membro do Codace, diz que a instituição ainda não definiu se esse processo se encerrou ou se o país vive um período continuado com idas e vindas dentro de um mesmo episódio recessivo.

Ele diz que o comitê segue o padrão internacional, estabelecido desde o início do século 20 pelo órgão que faz esse trabalho nos EUA, que destaca quatro categorias de séries econômicas (produção industrial, emprego, vendas e rendas) entre os dados analisados. "É muito cedo ainda para caracterizar recessão ou estagnação."

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP PIB cai 0,1% no 3° trimestre e reforça quadro de estagnação

Site:

Comportamento dos componentes do PIB no 3º trimestre

U

 \mathbf{r}

O Variação em relação ao trimestre anterior, em % 1,1 Serviços ì-Consumo das Famílias Consumo do Governo 0.8 Indústria -0,1 PIB -0,1 Investimentos -8,0 Agropecuária -8,3 Importação Exportação

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Brasil está condenado a crescer; inflação vai dosar ritmo, afirma Guedes



O ministro da Economia, Paulo Guedes Washington Costa - 22.out.21/Divulgação Ministério da E

Fábio Pupo

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quinta-feira (2) que o Brasil está condenado a crescer, mas que o esforço para combater a **inflação** vai diminuir o ritmo de expansão.

Ele disse que os preços têm subido por fatores como a desorganização das cadeias produtivas globais e sugeriu que o Banco Central independente vai controlar os preços por meio dos juros.

"O Brasil vai crescer. Vai crescer um pouco menos, porque vamos estar combatendo a <u>inflação</u>", afirmou em evento sobre concessões de aeroportos. "O Brasil está condenado a crescer, a pergunta é se vai ter um pouco mais ou menos de <u>inflação</u>. E isso vai depender justamente de como é que a gente vai combater essa **inflação**", disse.

"Decretamos um BC independente, primeira vez que vamos ter BC independente na eleição. Isso é uma demonstração de compromisso como avanço institucional do país", disse, afirmando também que em governos anteriores o patamar dos juros foi falsificado antes das eleições.

" [A inflação] vai ser dominada, vai ser controlada, vai baixar. E o Brasil vai voltar a crescer", continuou, dizendo que falar o contrário é "de maluco".

A economia brasileira recuou 0,1% no terceiro

trimestre de 2021, frente aos três meses imediatamente anteriores, mostram dados do <u>PIB</u> (Produto Interno Bruto) divulgados nesta quinta-feira (20) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esse foi o segundo trimestre seguido de retração na atividade.

Economistas têm baixado a previsão para o **PIB** em 2021 e 2022, mas ainda se dividem sobre a possibilidade de uma retração no ano que vem.

Segundo o levantamento semanal Focus, do BC, economistas esperam que o <u>PIB</u> cresça 4,78% este ano e 0,58% no próximo, de taxas de 4,80% e 0,70% esperadas antes.

Para Guedes, o fato de a Bolsa ter subido mesmo após a notícia da retração aponta que há aposta no crescimento. "Hoje é um exemplo interessante. "Entramos em recessão técnica". O <u>PIB</u> caiu 0,1% no trimestre, e a Bolsa subiu 3%. Se alguém tivesse levando a sério que o <u>PIB</u> vai cair, a Bolsa não estava subindo", disse.

Apesar da valorização, a Bolsa acumula queda superior a 12% neste ano e, nos últimos meses, tem intensificado essa retração a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios -que abre espaço no Orçamento para mais despesas. A medida também estressou o mercado de câmbio e juros.

Para Guedes, dizer que o governo perdeu o controle sobre contas públicas é conversa fiada. Anteriormente, ele já disse esperar que o mercado evite uma posição "infantil" sobre a medida que dribla o teto.

Ministério atribui ao clima resultado negativo no 3° tri O Ministério da Economia afirmou nesta quinta (2), em nota sobre a a queda do **PIB** (Produto Interno Bruto) no terceiro trimestre, que fatores climáticos adversos da natureza tiveram impacto no desempenho da atividade.

"É fundamental distinguir o que é política econômica de fatores climáticos adversos e pontuais da natureza", afirma a SPE (Secretaria de Política Econômica) do ministério. "A maior crise hídrica em 90 anos de história e a ocorrência de severas geadas tiveram impacto tanto em setores intensivos em energia como em setores que dependem do clima, como agricultura", diz a nota.

Segundo a SPE, houve forte alta de custos de produção como adubos, fertilizantes e defensivos, o que também afetou os números da agropecuária.

O agronegócio mostrou queda de 8% contra o trimestre imediatamente anterior. Caso o campo tivesse variação zero, diz a SPE, o <u>PIB</u> cresceria ao menos 0,3% no período.

Por outro lado, a SPE destaca que há recuperação do setor de serviços, que cresceu 1,1% no período, "condizente com a melhora no mercado de trabalho e aumento da mobilidade".

"Pelo lado da demanda, há elevação da absorção interna, puxada principalmente pelo maior crescimento do consumo das famílias desde o final do ano passado", afirma.

A secretaria ressalta ainda haver uma forte recuperação do mercado de trabalho.

Site:

Comportamento do PIB na pandemia

Em número índice. Média de 1995 = 100



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Economia deve ficar entre estagnação e recessão em 2022

Eduardo Cucolo e Leonardo Vieceli

Após a queda de 0,1% do <u>PIB</u> no terceiro trimestre de 2021, a expectativa da maior parte dos analistas é de uma economia ainda estagnada de outubro a dezembro deste ano. Para 2022, há dúvidas entre um cenário de crescimento muito fraco ou até de recessão.

Entre os fatores mais importantes para 2022 estão a intensidade do aumento dos juros, a continuidade da reabertura das atividades econômicas e o ambiente eleitoral, que costuma gerar incertezas.

O resultado do terceiro trimestre ficou muito próximo do esperado pelo mercado, que era de estabilidade (0%), embora tenha havido alguma surpresa na composição, principalmente pela queda na agropecuária, de 8%.

O fato de a redução dos estoques nesse mesmo setor ter retirado 0,5 ponto percentual do <u>PIB</u> também trouxe algum otimismo com a avaliação de que a demanda cresceu 0,4%, puxada pelo consumo das famílias e do governo.

Rafaela Vitoria, economista-chefe do Inter, projeta crescimento de 0,5% em 2022 para o PIB e diz que o resultado dependerá, principalmente, do tamanho do aperto monetário promovido pelo BC (Banco Central). O cenário considera uma taxa básica de juros passando dos atuais 7,75% para 11% ao ano, abaixo das projeções de mercado, que ficam em tomo de 12%.

Ela lembra que esse crescimento ainda representa estagnação para o país, mas diz enxergar a possibilidade de um dado mais positivo.

Isso dependeria de uma política monetária menos restritiva, de uma normalização de problemas de oferta e da possibilidade de uma recuperação total dos serviços, que ainda permanecem abaixo dos níveis pré-crise.

"Acho que a gente vai começar a ter um debate de que não precisamos mais de choques de juros. Choques de juros têm um custo alto para a economia, essa estagnação mostra isso. Uma alta mais moderada pode trazer pequeno alívio para a atividade e afastar esse risco de uma recessão severa em2022", afirma a economista-chefe do Inter.

"A gente está no caminho de controlar a inflação, e agora o debate é que o Brasil precisa voltar a crescer." No quarto trimestre de 2021, o PIB tende a ser beneficiado novamente pelo setor de serviços, que ainda registra uma base de comparação fragilizada pela pandemia, diz a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGVIbre.

Isso, contudo, não tiraria a atividade econômica de um cenário de estagnação, aponta a analista. Segundo ela, o <u>PIB</u> deve avançar 0,6% entre outubro e dezembro deste ano e 0,7% no acumulado de 2022.

"O crescimento de serviços é automático, consequência da reabertura da economia. Por isso, tem de ser visto com cautela", pondera.

O economista do Itaú Luka Barbosa diz que a instituição mantém a projeção de alta de 0,1% no quarto trimestre deste ano e de queda do <u>PIB</u> de 0,5% em 2022.

Para ele, um aumento menor da taxa básica de juros, uma recuperação mais forte dos serviços e um cenário global mais favorável são os principais fatores que poderiam levar a um resultado melhor para o Brasil.

"A economia está crescendo muito pouco na margem, próxima de zero. A nossa visão, olhando mais para o futuro, é de uma leve recessão." Na opinião do economista Fernando Veloso, pesquisador do Ibre/FGV e membro do Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), os dois trimestres consecutivos de <u>PIB</u> negativo e próximo de zero sugerem uma economia estagnada.

"O resultado é, sem dúvida, bastante negativo. O PIB está próximo do patamar do final de 2019. É insuficiente diante de tudo que aconteceu depois, na pandemia", analisa.

Em relatório divulgado nesta quinta, a Asa Investments sinaliza preocupação com o quadro fiscal do país, em meio às negociações envolvendo o pagamento do Auxílio Brasil. Na visão da gestora, as incertezas com o rumo das contas públicas sustentam projeções de atividade econômica fraca no próximo ano.

A Asa agora projeta queda de 0,5% para o **PIB** em 2022. "Com a **inflação** rodando acima de dois dígitos, chegamos à estagflação [atividade fraca e preços em alta], mesmo em contexto de crescente normalização da atividade econômica pela redução dos impactos da pandemia", aponta o relatório.

Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos, diz esperar um crescimento de 0,6% no quarto trimestre e de 1% em 2022. Ele afirma não estar tão pessimista quanto grande parte do mercado, por fatores como recuperação do mercado de trabalho e a expectativa de safra.

Mas diz que, para evitar cair em uma recessão, o país precisa de um ambiente doméstico um pouco mais estável, o que poderá depender do resultado das eleições e do tamanho da alta dos juros no próximo ano.

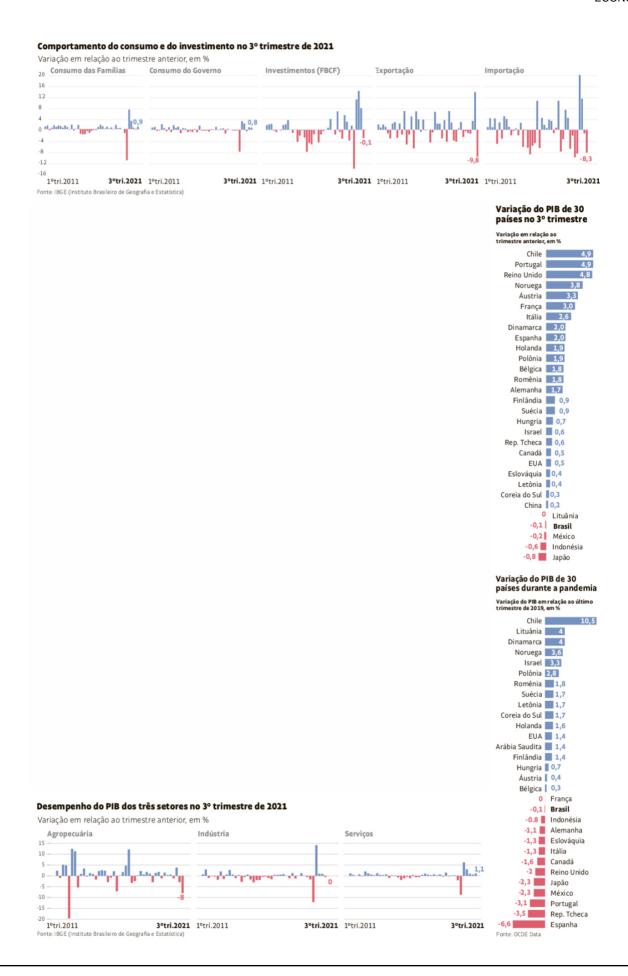
Igor Velecico, economista-chefe da Genoa Capital, afirma que o aperto monetário promovido pelo BC será sentido de forma mais intensa a partir do quarto trimestre, período em que o **PIB** deverá ficar estável.

Ele projeta uma queda de 0,5% no próximo ano e afirma que a alta dos juros será o fator mais relevante para definir esse cenário.

Afirma ainda que, se o BC realizar um aumento insuficiente para controlar a <u>inflação</u>, o resultado de 2022 será melhor, mas o <u>crescimento</u> dos anos seguintes estará comprometido.

"Tem algumas histórias bo -as quando a gente olha para o ano que vem, o problema é que o choque de **inflação** ficou tão grande que está obrigando o BC a dar uma resposta mais intensa de juros."

Site:



Ômicron se soma a juros e eleição como obstáculo à retomada

José Ronaldo de C. Souza Jr.

O resultado do <u>PIB</u> corrobora um esperado cenário de estabilidade da atividade econômica influenciado negativamente pelas quedas da produção agropecuária, da indústria de transformação, do comércio e outros.

A indústria vem sofrendo impactos negativos relacionados aos problemas das cadeias produtivas, que geram escassez de insumos e, por consequência, aumentos de custos -já elevados devido ao câmbio desvalorizado. A indústria automotiva, por exemplo, vem produzindo um volume abaixo da demanda, gerando filas de espera por carros novos e inflacionando o mercado de usados.

Os fatores que contrabalançaram positivamente o resultado do terceiro trimestre deste ano foram alguns segmentos dos serviços, impulsionados pela melhora do quadro epidemiológico da Covid-19, e da construção, que continua refletindo o aumento da demanda por imóveis residenciais.

Em relação ao setor agropecuário, o regime de chuvas muito abaixo da média e as geadas explicam as quebras de safras de lavouras importantes como milho, cana e algodão. Boa parte das perdas do setor deve-se a esses problemas de safra, mas, no terceiro trimestre, a produção de bovinos também foi significativamente afetada pela imposição de barreiras sanitárias do maior importador do produto brasileiro, a China.

A boa notícia é que se espera para o ano que vem um crescimento das principais lavouras e da produção pecuária. Ou seja, as perspectivas para o <u>PIB</u> do setor agropecuário de 2022 são de crescimento.

Em relação ao restante da economia, vivemos um momento desafiador. As reformas microeconômicas feitas nos últimos anos podem impulsionar o s investimentos, especialmente em infraestrutura. Esses investimentos devem contar também com impulso dos governos subnacionais, que estarão com boa disponibilidade de caixa em ano de eleições.

Os segmentos dos serviços mais dependentes de interação presencial, como os serviços prestados às famílias, também podem contribuir para o resultado de

2022. Embora o mercado de trabalho ainda mostre um quadro geral ruim, com desemprego e subutilização elevados, a população ocupada continua a mostrar tendência de alta -o que é positivo para a demanda. Por outro lado, a confiança do consumidor está em baixa, e a **inflação** elevada reduz o poder de compra especialmente da população de baixa renda.

O aumento dos juros desestimula o crédito ao consumidor e os investimentos produtivos. Esse fator se soma às incertezas inerentes ao ano eleitoral e à dinâmica da pandemia de Covid-19,com a ômicron.

Em resumo, um problema que parecia estar sob controle pode voltar a causar prejuízos à economia, embora ainda seja muito difícil fazer qualquer projeção dos impactos dessas questões sobre o Brasil.

Site:

Crescimento de 2021 deve configurar mais um voo de galinha

Fernanda Consorte

Este tem sido um ano errático, começou com a esperança de que o pior havia ficado para trás, e ignorando a segunda onda de contágio entre fevereiro e março. Já em meados do ano, parecia não haver tempo ruim para atividade econômica. O governo se vangloriava e a recuperação econômica foi um devaneio rápido.

O terceiro trimestre já foi chancelado por incertezas, seja no cenário internacional com a chegada de outra variante (a delta), seja pelo "balança mas não cai" da China com o caso da empresa do setor imobiliário, a Evergrande, seja pelas condições fiscais locais que escancararam a má administração do país.

Um bom desempenho econômico passa em boa medida pela confiança dos agentes, afinal as decisões de investir, contratar, tomar crédito ou consumir estão intimamente ligadas ao quão confortável estamos com a conjuntura econômica. E aí é a questão: nossa conjuntura econômica foi machucada várias e várias vezes, não só pela pandemia mas principalmente pelas decisões locais, com destaque para os discursos erra dos e desafetos das autoridades brasileiras.

A conclusão pode ser vista em números. Nesta quintafeira (2), o IBGE divulgou o <u>PIB</u> do terceiro trimestre, que, dado o quadro descrito <u>acima</u>, apresentou ligeira queda de -0,1% em relação ao segundo trimestre, com queda em segmentos importantes, como agropecuária, e estabilidade da indústria.

Para não trazer só notícias desagradáveis, o PIB também mostrou uma face positiva, vinda de serviços, motiva -da ainda pelo consumo das famílias. Acredito que esse movimento se deve a nossa atual política fiscal expansiva, o que, por sinal, tem mantido a inflação em dois dígitos. Ou seja, até o que pode ser bom não é tanto assim.

Olhando para a frente, a conjuntura pior deve continuar pesando na confiança. Pois enquanto fomos monotemáticos em pandemia por quase dois anos, em 2022, seremos monotemáticos em eleições. Tudo será ao redor da decisão das umas. É impossível adivinhar o que vai acontecer, quem vai ganhar, mas sabemos que as eleições presidenciais por si só, historicamente, já geram muita incerteza.

Adicionalmente, a popularidade do presidente atual já não está lá tão boa. Considerando seu perfil, e o fato de que hoje ele enfrenta uma rejeição de cerca de 60%, é factível esperar medidas populistas para conseguir ser reeleito num ambiente fiscal fragilizado.

Finalmente, em anos eleitorais, o Congresso foca suas energias nas articulações e votos (leia-se sem espaço para reformas). Portanto, esses são anos com crescimento mais modesto. Essa combinação joga ainda mais para baixo as expectativas de crescimento (ou seria gera mais força para recessão econômica?).

Com isso, o crescimento a ser visto no acumulado de 2021 deve configurar apenas mais um voo de galinha.

Site:

Empobrecimento gera nova recessão no país

Thiago de Moraes Moreira

Mais uma vez a economia brasileira entrou tecnicamente em recessão. Depois de um primeiro trimestre de forte expansão (1,3%), tivemos duas retrações consecutivas, de -0,4% e -0,1%, no segundo e terceiro trimestres, respectivamente.

Contaminados pelo bom desempenho do início do ano, até meados de 2021 ainda predominava a expectativa de que a economia brasileira havia ingressado em uma recuperação mais robusta e não raras eram as projeções superiores a 5,5% para 2021.

O otimismo estava, em grande medida, assentado em um maior crescimento previsto para aquelas atividades de maior interação entre as pessoas e que, portanto, beneficiaram-se do crescente relaxamento das medidas restritivas vigentes ao longo da pandemia. Entre tais atividades, destacam-se o comércio varejista e, principalmente, os serviços.

A despeito da forte segunda onda da pandemia que acometeu o país no início do ano, o volume de comércio varejista mostrou de feto uma tendência de alta, ao crescer 5,5%entre janeiro e julho. Já a tendência de alta dos serviços foi ainda mais intensa e durou um pouco mais, estendendo-se até agosto, com expansão real acumulada de 7,2%.

Na visão dos analistas, com a aceleração da vacinação a partir do início da segunda metade do ano, era esperado um impulso ainda maior ao crescimento nos últimos trimestres, principalmente em razão do que poderíamos denominar de "efeito euforia", decorrente do maior controle da pandemia e o retorno crescente à normalidade.

No entanto, o que de fato ocorreu foi uma reversão na tendência de alta, justamente no período de maior otimismo entre os sanitaristas devido ao importante avanço no número de imunizados.

Uma das principais explicações para a recessão confirma da coma divulgação de hoje está, sem dúvida, no processo de empobrecimento que vem reduzindo o poder de compra de parte expressiva da população. A manutenção da elevada taxa de desemprego (12,6% em setembro) vem provocando uma impressionante precarização do trabalho, com reduções significativas dos salários oferecidos pelos empregadores -salários estes que a imensa maioria daqueles que estão na fila do desemprego não podem

recusar.

A situação toma-se ainda mais dramática quando se observa o aumento de preços no mercado interno. Enquanto o salário médio nominal recuou 9,1% entre janeiro e setembro, nesse mesmo período a **inflação** acumulada medida pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) de foi de 6,9%, a qual segue em franca expansão, devendo superar os 10% até dezembro.

Salários nominais em queda associados à forte aceleração nos preços significam uma brutal contração no poder de compra, em particular dos menos favorecidos.

Essa situação vem impedindo uma dinâmica mais consistente de retomada do comércio e dos serviços. Vale ressaltar que parte expressiva dos serviços está vinculada a classes de renda mais elevada (turismo, hotéis, restaurantes, serviços de informação), as quais são menos afetadas pela referida retração no poder de compra médio.

Não por acaso, os serviços no terceiro trimestre ainda registraram crescimento na margem de 1,1%. Nesse sentido, a queda do <u>PIB</u> teria sido ainda maior não fosse a expansão na demanda pelos serviços por parte dos mais ricos.

Nas atuais circunstâncias, uma recuperação mais consistente depende necessariamente de uma reversão do contexto de forte declínio do poder aquisitivo das faixas de renda média e baixa, permitindo uma retomada sustentada do consumo.

O controle inflacionário por meio da escalada da taxa básica de juros não é a saída para reverter o atual quadro. As origens do processo inflacionário são choques de oferta (nacionais e internacionais) em diferentes setores, os quais deveriam ser combatidos por medidas setoriais específicas.

A grande maioria dos bancos centrais decidiu tolerar um pouco mais de <u>inflação</u> e não está elevando os juros neste momento. O atual ritmo de elevação da taxa Selic tende a deteriorar ainda mais o poder de compra, aumentando os custos do crédito, além de ser extremamente prejudicial à decisão empresarial por novos investimentos produtivos.

Enfim, o prognostico não é favorável. O crescimento de 2021 ficará abaixo de 5%, com chances crescentes

de uma estagnação em 2022. A política de renda básica de R\$400 proposta pelo governo é sem dúvida importante, mas não suficiente para as reais necessidades da economia brasileira.

A expansão sustentada da renda per capita (e do poder de compra) depende essencialmente de uma retomada dos investimentos (públicos e privados) em infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, acompanhada do resgate e do fortalecimento das capacidades industriais.

Site:

Governo medíocre, PIB idem (Editorial)

Com dois tombos em dois trimestres, inflação disparada e desemprego muito alto, o Brasil mantém um desempenho econômico desastroso, muito longe da ficção sustentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Sem nenhum grande avanço para celebrar, economistas discutem agora se o País voltou à recessão, com duas taxas trimestrais negativas, ou se está apenas estagnado, em contraste com a maior parte do mundo.

A discussão pode ir longe, enquanto a economia mal se move. No período de julho a setembro o Produto Interno Bruto (PIB) foi 0,1% menor que nos meses de abril a junho, quando já havia diminuído 0,4% em relação ao volume dos primeiros três meses. Essa sequência, segundo analistas, caracteriza uma recessão técnica. Como as quedas foram pequenas, há quem prefira falar de "estabilidade", mas isso em nada melhora o quadro.

Desmentindo o ministro Guedes e seus auxiliares, os dados internacionais mostram o Brasil em posição muito desvantajosa. O PIB cresceu nos três primeiros trimestres - 0,7%, 1,7% e 0,9% - no conjunto de países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na União Europeia houve recuo de 0,1% nos primeiros três meses e avanços de 2% e 2,1% nos períodos seguintes. Na maior parte dos grandes emergentes os números também têm sido positivos. Além disso, o desemprego na OCDE já caiu para 5,8% e a inflação nos 12 meses até outubro ficou em média em 5,2%.

No Brasil, todos os principais indicadores são muito piores. Embora em queda, o desemprego ainda correspondeu no terceiro trimestre a 12,6% da força de trabalho, com 13,5 milhões de pessoas em busca de ocupação. A alta dos preços ao consumidor chegou a 10,73% nos 12 meses terminados em novembro, segundo a prévia da **inflação**, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15). Enquanto os dados pioram no dia a dia, pioram também as projeções para o próximo ano e até para o seguinte, o primeiro do próximo período presidencial.

Não há surpresa, portanto, nos números muito ruins do terceiro trimestre, em parte já indicados pelas prévias do <u>PIB</u> publicadas mensalmente pelo Banco Central e pela Fundação Getúlio Vargas.

A maior parte da economia foi mal no período de julho a setembro. Só um dos três grandes setores produtivos, o de serviços, teve desempenho positivo no terceiro trimestre, com expansão real de 1,1%. A agropecuária produziu 8% menos que nos três meses anteriores, em parte por causa da base de comparação elevada, em parte por causa das más condições do tempo. O conjunto da indústria ficou estagnado, com variação zero. Isso é em parte atribuível a falhas no suprimento de insumos, um problema global e muito sério para a produção automobilística.

Mas a explicação geral tem de ser mais ampla, porque só um dos segmentos industriais, o da construção, teve resultado positivo, com avanço de 3,9%. Parte importante da resposta deve estar na demanda final. O consumo das famílias aumentou 0,9%, mas permaneceu muito contido, por causa do desemprego, da <u>inflação</u> e da perda de renda. Em quatro trimestres, o gasto com o consumo familiar aumentou só 2,1% enquanto o <u>PIB</u> cresceu 3,9%. O empobrecimento, um dado inegável, condena a maior parte da população a conter os gastos severamente, baixando os padrões de consumo e, em muitos casos, limitando as possibilidades de desenvolvimento dos filhos.

Desemprego, inflação, perda de renda, falhas nas ações anticíclicas e de ajuda emergencial mantêm o presente estagnado e o futuro incerto. A insegurança quanto aos próximos anos é agravada pelo risco de piora das contas públicas, ameaçadas pela irresponsabilidade presidencial e pelo rompimento com as boas normas de uso do dinheiro público, sujeito cada vez mais aos fins pessoais do presidente e ao apetite de seus apoiadores. Quase encerrado o ano, os sinais econômicos positivos permanecem escassos, enquanto as incertezas se acumulam, alimentadas também pelo temor de novas cepas de coronavírus, tanto mais perigosas quanto maior a carência de um governo sério e competente.

Biden aposta em rastreio da Ômicron para não fechar economia



Biden na Casa Branca; preocupação do governo com estagnação da campanha de vacinação nos EUA

Os EUA anunciaram ontem uma série de medidas para conter o avanço da nova cepa no país. O presidente Joe Biden, em discurso no Instituto Nacional de Saúde, determinou a ampliação da campanha de vacinação, a aplicação de doses de reforço e a exigência de testes adicionais para viajantes que entram nos EUA.

"Vamos lutar contra essa variante com ciência e velocidade, não com caos e confusão", disse Biden. As medidas anunciadas ontem são parte de uma nova estratégia para combater a pandemia, exatamente no momento em que há um aumento de infecções e mortes causadas pela variante Delta e em que a circulação da variante Ômicron preocupa a Casa Branca.

A principal preocupação do governo americano é com o grande número de pessoas que já poderia ter recebido sua dose de reforço, mas ainda não buscou proteção extra. Estima- se que cerca de 100 milhões de americanos estejam nessa situação. A chegada do inverno (no Hemisfério Norte) também é motivo de apreensão na Casa Branca.

Algumas das medidas apresentadas por Biden são novas.

Cerca de 150 milhões de americanos com cobertura de saúde privada poderão fazer exames de coronavírus em casa - sendo reembolsados pelos planos de saúde -, enquanto 25 milhões de testes adicionais devem ser encaminhados para clínicas comunitárias e rurais.

Outra parte das medidas envolve iniciativas já existentes, como o plano de estímulo a empresas para instituir requisitos obrigatórios de vacinação ou testagem para seus funcionários.

Assessores de Biden disseram que as ações permitirão que escolas e empresas permaneçam abertas. "Estamos fazendo de tudo para dar às pessoas o máximo de proteção", disse um funcionário do governo a repórteres, em teleconferência na noite de quarta-feira.

CRÍTICAS. No discurso de ontem, Biden tentou tranquilizar os americanos, afirmando que o governo pode controlar o vírus.

O presidente apostou um naco importante de seu capital político no retorno à normalidade após quase dois anos de luta contra a pandemia. Na segundafeira, ele disse que a variante Ômicron é "motivo de preocupação, não de pânico." Em 2020, a economia americana contraiu 3,4%, um desempenho que acabou sendo determinante para a derrota de Donald Trump. Este ano, segundo o FMI, a projeção de crescimento do **PIB** é de 6%.

Biden, cuja popularidade vem caindo desde a retirada desastrosa das tropas americanas do Afeganistão, precisa manter a economia nos trilhos se quiser que os democratas tenham chances de reter a maioria na Câmara e no Senado, nas eleições legislativas do ano que vem.

Especialistas, no entanto, disseram que as novas medidas chegaram atrasadas e criticam o ritmo lento de vacinação e o aumento da desinformação, que alimenta a hesitação vacinal. Um exemplo da dificuldade da campanha de imunização se reflete nos números. Em 1.º de novembro, 58% dos americanos estavam "totalmente vacinados.

Em 1.º de dezembro, o número subiu para apenas 59,4%, de acordo com Washington Post.

"Estamos no caminho errado na vacinação", disse Eric Topol, diretor do Scripps Research Translational Institute. Para ele, os EUA deveriam imunizar 80% de sua população para garantir proteção contra outro pico de casos. No entanto, segundo Topol, o país tem 59% de imunizados, mas caindo, já que a proteção imunológica vem diminuindo rapidamente em razão do atraso em receber as doses de reforço.

Topol e outros especialistas também lamentam que a capacidade de teste continue insuficiente, com muitos americanos até agora incapazes de fazer exames rápidos, que poderiam ser realizados antes da ida ao trabalho ou a reuniões familiares.

Popularidade

Biden apostou parte de seu capital político na volta à normalidade após dois anos de pandemia

Imunização nos EUA

59,4% da população americana foi totalmente vacinada, até o dia 1.º de dezembro - apenas 1,4 ponto porcentual a mais do que o registrado em 1.º de novembro.

100 milhões de americanos já poderiam ter recebido uma dose de reforço, mas ainda não buscaram proteção extra.

Após filiar o presidente, PL mira pasta de Infraestrutura

JUSSARA SOARES jussara.soares@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo